

Mosquitos, água e impressões - ou o (trágico) caminho para um Mundo Axénico?

Humberto Martins - UTAD / CRIA-UMinho hmartins@utad.pt / humbmsm@yahoo.com

Resumo

Em que medida a biodiversidade é um indicador de bem-estar ou felicidade humana? Ou será mais um indicador de sustentabilidade da espécie, das espécies? De genes, ecossistemas, de processos biológicos mais complexos? Ou uma responsabilidade moral para todos os outros e tudo o resto? Se pensarmos que enfrentamos uma crise de biodiversidade, ou seja, um mundo que se apresenta em vários contextos e domínios menos biologicamente diverso - com menos vida variada e que tal representa uma ameaça à vida humana, como pensar uma valoração da biodiversidade que seja socialmente inclusiva - isto é, como um valor universalmente satisfatório para (cada vez mais) humanos, mas igualmente que tenha um alcance pós e exa-humano e abranja temporalidades outras - não só de agora nem daqui percebidas? E como pensar associadamente em diversidades biológicas, culturais (políticas e sociais), ontológicas e epistemológicas? Ou seja, reconhecendo pluralidades nas diferentes formas de conceptualizar, perceber, interpretar, relacionar e apropriar factores bióticos e abióticos que permitem a vida no planeta? Em que medida existe uma narrativa e um discurso hegemónicos em torno da biodiversidade, que podem, uma vez mais, deixar de lado epistemologias e ontologias, que, paradoxalmente, parecem assegurar uma relação mais harmoniosa com tudo o resto não-humano? No âmbito da microbiologia, *axénica* designa uma cultura que consiste numa única espécie de microrganismo - uma cultura pura. Trago a noção para esta reflexão em jeito de provocação especulativa a partir de uma analogia (não nova) entre cultura e biologia. Se é verdade que a história social tem tristes episódios sustentados e recorrentemente renovados numa falaciosa ideia e procura essencialista de uma cultura pura - um eugenismo celebrador de formas de dominação e regulação cruéis e infames - porque, na verdade, somos todos nós híbridos culturais e biológicos, podemos especular sobre um mundo monocultural ou tendencialmente monocultural - do ponto de vista da biodiversidade e da diversidade cultural? Uma espécie de cocacolonização ou macdonalização dos mundos sociais e biológicos - sabendo que eles evoluem emaranhados, em concreções possíveis e que nós como seres pensantes e actuantes neles somos produtos e produtores dos mesmos?

No imediato momento em que recebi o convite para esta conferência sobre os humanos e biodiversidade, recuperei quase que impulsivamente três impressões que me ficaram deste último Verão (2022). Percepções ou sensações que, admito, no limite, pouco valor de síntese possam ter para concluir o que quer que seja relativamente à biodiversidade em Portugal e no Mundo. Uma primeira impressão, a pouca quantidade de insectos (mortos) que fui encontrando no vidro do meu automóvel após viagens para e desde o interior de Portugal (viajo com regularidade entre Almada - Vila Real e Almada - Vidigueira e uma ou outra vez para Miranda do

¹ Agradeço o convite a todas as entidades organizadoras e promotoras das Jornadas. E um agradecimento particular ao José Carlos Pires, João Paulo Carvalho e Soraia Taipa

Douro), ao contrário do que seria expectável, ou, pelo menos, costumava identificar em tempos recentes. Uma impressão quiçá estimulada ou agora, no momento desta escrita, fixada pelo argumentário propagado intensamente pela comunicação social, também neste último Verão, de que vivemos uma crise de extinção de insectos que está relacionada com as alterações climáticas, sustentado em trabalhos e estudos científicos e ou publicações mais generalistas. Nem sequer especulei sobre um comportamento adaptativo que os leve hoje (2022), insectos, a saber escapar dos para-brisas dos automóveis. Na casa de uns amigos no barrocal algarvio, a verdade é que em quatro noites quentes de Agosto, insectos voadores nocturnos pouco ou nada se fizeram sentir. Nem as tão 'irritantes' melgas. Entre um copo de vinho e outras reflexões sobre a humanidade e o nosso futuro próximo, também nessa altura sentimos falta dos 'suspeitos do costume'. Talvez a resposta pudesse estar numa osga, que, enquanto comíamos deleitados ao som da música e de um céu cheio de estrelas, parecia cumprir empenhadamente a sua tarefa não contratada, comer insectos. O apocalipse anunciado, a catástrofe que culminará com a extinção da humanidade (como espécie colectiva porque como indivíduos já sabemos o que nos espera há muito) - qual banquete supremo do mundo bacteriano - afinal já começou com muitos outros, de quem aliás estamos muito dependentes.

Esse olhar para os outros (não-humanos) essa preocupação com a microscopia essencial à nossa vida (de bactérias, a vírus, fungos, e outros ainda mais pequenos e que nos constituem e permitem) exponenciada com a crise pandémica global parece ter ganho espaço de atenção decisivo nos nossos dias. Também os jornalistas, também a comunicação social viram a sua atenção para essa cosmopolítica do tudo (como lhe chamaria Bruno Latour) - esse parlamento global onde se sentam humanos e não humanos, bióticos e abióticos- indivíduos com e sem moral, com e sem razão, com e sem capacidade de exprimir os seus desejos e vontades. Até porque, e esta narrativa tem ganho justa importância - com o contributo dos especialistas da história natural, sabemos que o fim do Mundo tal como ele tem vindo a ser conceptualizado no quadro catastrofista do Antropoceno (do Norte Global) e dos limites planetários é ou será não só uma etapa processual inevitável na história do planeta no universo como também é e será não um fim igual para todos (desde logo a humanidade como espécie e intraespécie - voltamos ao tema da justiça ambiental enquadrado na economia e na política) e tudo mas um começo para vários outros processos e etapas onde muitos outros não-humanos estarão envolvidos.

Pensar a biodiversidade a múltiplas escalas e desde múltiplos critérios afigura-se não só como um desafio académico, e que aliás tem alimentando muitos escritos no âmbito da filosofia da biodiversidade, da ética ambiental, da biologia e de outros saberes científicos e debates políticos, como nos faz pressupor a dimensão moral (e prático-utilitarista, onde inclui uma dimensão estética) do problema. Ou seja, até que ponto temos nós a responsabilidade e o dever,

enquanto humanos dotados de um conjunto de competências cognitivas, morais, éticas e de agencialidade consequente no mundo, e que, alegadamente, nos tornam superiores a tudo o resto, de zelar por tudo e todos que ou não participam desta epistemologia ou mesmo são incapazes de se manifestar de todo. Será que as orcas ao largo do Algarve, que têm vindo a atacar veleiros, estão como que a modos de resistência organizada a dizer, “humanos ponham-se a pau”? Será que as abelhas e os insectos desistiram de viver, como que a declarar um princípio de convivência necessária connosco, humanos - ou assim ou nada? Não sei de facto, responder. Creio que não pode haver muitas respostas no quadro desta epistemologia quase-impossível. E a água? E as pedras? E as árvores? Não falam? Não pensam? Também elas se preocupam com a biodiversidade? Dizem-nos os mineiros bolivianos dos Andes, de Cerro Rico (cf. *Reveka*, 2015, filme de Benjamin Colaux , Christopher Yates) que a mãe-terra (Pachamama) se zanga de vez em quando e que fala (por exemplo, com os terremotos). Quando lhe entram pelas entranhas, estes mineiros, à força de folhas de coca que mastigam, precisam de falar com Pachamama e pedir licença para minerar. O certo é que *os lobos mudam rios*, como nos mostra essa tão conhecida curta metragem, narrada por David Attenborough, e que nos permite ver como as cadeias tróficas estimuladas com a reintrodução do lobo em Yellowstone tiveram impactos visíveis nos cursos dos rios. Obviamente, uma história narrada por humanos a partir de processos observacionais realizados por humanos. Estarão os lobos preocupados com a biodiversidade e com os cursos dos rios?

Como refere Myra J. Hird (2012), no âmbito da sua microontologia assimétrica radical, será muito menos verdade que os outros não-humanos (particularmente as bactérias) se preocupem tanto connosco do que nós com eles. Myra Hird (*idem*) fala das bactérias no âmbito de análises relacionais-materiais da vida microbial para insistir na ideia simples e *desantropocêntrica*, que, se é um facto de que nós estamos totalmente dependentes para existir em corpo (que vive, respira, cresce, reproduz) e condições de vida no planeta (biosfera) de um sistema microbiano, já não o é no sentido inverso. Esta *microvida* depende muito menos de nós. Na sua pesquisa no âmbito de uma ética da vulnerabilidade, na qual investiga sobre as relacionalidades e interdependências entre humanos e vida microbial, esta socióloga e investigadora em estudos ambientais, recusa falar numa ‘ontologia plana’ que presuma relações simétricas entre o macro e o microcosmo da vida na terra. Somos nós, humanos, que estamos e somos vulneráveis e precisamos desses outros. Somos nós que precisamos desta biodiversidade sob pena de perecermos. Ou, dito de um outro modo, só vivemos com a existência destoutros.

No entanto, e apesar desta cruel (para nós) constatação, há também um campo e um desafio muito actuais em torno das abordagens que sublinham a convivialidade e a

coexistencialidade como pressupostos inevitáveis para compreendermos a vida humana e os emaranhamentos e condescências existenciais inter e multiespécie que nos obrigam a pensar sempre para além da condição de espécie em particular - e, no caso da teoria social, isso está hoje mais do que reconhecido; o social é biológico também (ou sobretudo) e o conhecimento das questões sociais passa por um conhecimento integrado das dimensões biológicas (ver, por exemplo, as propostas de Sara Asu Schroer, 2021, Donna Haraway, ou Anna Tsing (2012) – em particular o seu impressionante projecto colaborativo *Feral Atlas*²). Para Tsing (*idem*), que fala em diversidades contaminadas, a questão está mais em perceber os impactos (fluxos e contra-fluxos) das perturbações criadas pelos humanos nos ambientes - na vida. No quadro de um Antropoceno problemático e problematizado, esta antropóloga americana, que há muito pensa as múltiplas escalas dos impactos ambientais do capitalismo (em termos de diversidade biotecnocultural), fala de “slow disturbances” (perturbações de baixa intensidade), como ecossistemas antropogénicos nos quais muitas outras espécies podem viver. Segunda esta autora, paisagens “slow disturbance” facilitam e alimentam colaborações interespecies. Não se assume ou parte do pressuposto, portanto, que sejam prístinos - no sentido de intocados pela acção humana. No mundo globalizado, poucos ou nenhuns lugares não estarão humanizados, digamos – apropriados de forma material, cognitiva ou simbólica pela espécie humana.

Neste sentido, também Eben Kirksey, autora que tem vindo a trabalhar no âmbito das etnografias multiespecies fala de intervenções microbiopolíticas— “ciclos locais de materiais a uma microescala, realizadas fora de práticas institucionalizadas dominantes e cadeias globais de negócio, e que estão a permitir formas de coordenação táctica interespecies” (2012:91), para anunciar o que denomina como uma “esperança biocultural” para ambientes e ecossistemas degradados. Baseando-se no trabalho da ecoartista norte-americana Deanna Pindell, e nas suas criações com desperdícios humanos (roupa velha) que visam restaurar ‘vida’ nesses terrenos sem vida, refere que estas intervenções podem ajudar “numa abertura radical” ao desenvolvimento de *becomings* multiespecies, explorando novas formas de estar com os outros no mundo (*idem*) - menos predatórias, mais criativas e interactivas. Em suma, há todo um potencial para explorar em conhecimento, em criação artística, criação biotecnológica, entre outras, mutualismos e simbioses nas relações entre humanos e tudo o resto (incluo aqui, volto a insistir - os factores abióticos dos quais dependemos e todos os seres vivos dependem para a existência de vida - não por acaso, fala-se cada vez mais de geodiversidade e geoconservação).

Sinceramente, e sem estabelecer imediatamente muitas relações com tematizações e problematizações prementes - emergência climática, perda da biodiversidade, Antropoceno,

² <https://feralatlas.org/> (acedido a 18/11/2022).

aquecimento global, poluição atmosférica, lembrei-me de um outro episódio, passado aliás aqui bem perto, junto à Barragem de Paradela. 2004, recordo-me bem, porque minha filha Catarina tinha 6 meses de idade. Ao longo de 5 dias também de Agosto desse ano, verificou-se um gradual decréscimo da temperatura, nomeadamente à noite. No quarto onde estávamos hospedados havia uma pequena varanda, onde costumávamos terminar o dia. Nessa altura lembro-me de nos confrontarmos com essa condição da 'natureza' - quanto mais frio pela noite, menos insectos à nossa volta. Ao ponto de, no último dia, já com temperaturas nocturnas relativamente baixas, praticamente podermos estar sem ser incomodados por insectos voadores. Não obstante, agora que escrevo isto, coço várias picadas que tenho na perna porque no ringue onde regularmente jogo basquetebol com o meu filho, as melgas teimam em aparecer ao lusco-fusco. Escrevo no final de setembro e tenho o corpo cheio de picadas de melga. Afinal, andam por aí!

No âmbito destas impressões atentas à natureza não-humana, mas seguramente muito determinada e condicionada pelo que nós humanos temos vindo a fazer - ou não estivéssemos nós oficiosamente no Antropoceno - guardo uma outra deste Verão de 2022. A da temperatura da água (mais elevada) nas praias que frequento mais habitualmente na Costa da Caparica. Apesar de não ser um mar de águas tão frias como na costa norte de Portugal, a verdade é que a Costa da Caparica não tem as suas águas como as do Algarve, Mediterrâneo, Cantábrico, aí normalmente bem mais quentes. Até porque apreciador de águas mais frias, senti de facto que este ano ao longo do Verão a água pareceu estar bem mais quente. Na verdade, não vi nem mais alforrecas nem outras aproximações de espécies mais dadas à água quente. Também me pareceu estarem menos turistas. À conversa com minha companheira, investigadora e estudiosa de microbiologia de águas num laboratório de referência, fiquei a saber que as areias das praias portuguesas estão cheias de fungos, de uma biodiversidade, à microescala, destes organismos que não conseguimos ver a olho nu. Afinal, a praia está cheia de outros.

Não é que os supermercados ou mercearias estejam muito diferentes dos outros anos - bom, seguramente e muito, nos preços - mas por alguma razão tenho reparado que há maior diversidade de frutos e de marisco, bem de frutos e mariscos 'manipulados'. Ostras, ouriços do mar, frutas exóticas e outras mais comuns à nossa ecologia produtiva. Leio justamente que o tema da alimentação e da biodiversidade (cf. Andrea Borghini e Elena Casetta, 2018) é central no âmbito das denominadas biodiversidades antropocêntricas, ou seja, aquelas que, de algum modo, estão dependentes da intervenção humana. Afinal, os supermercados parecem indicar que uma certa, repito, certa biodiversidade aumentou. Uma biodiversidade que depende do engenho, da inventividade, da agencialidade, da criação humana. Por exemplo, segundo os autores 40000 variedades de feijão e 8000 variedades de maçã foram produzidas pela domesticação. Mas apenas 800 variedades são hoje em dia 'cultivadas'.

Ora, chegados aqui, algumas perguntas se colocam: será que a biodiversidade é em si um bem com valor intrínseco que vale a pena proteger como fim em si mesmo, independentemente dos valores instrumentais que possam ter para os humanos? Para todos os humanos? Há custos sociais? Associado à protecção, conservação e preservação da natureza pode significar, com base em certas ideologias, perspectivas, modelos, um valor anti-humanista? E em particular pode significar uma ideologia e uma visão científico-hegemónica do Mundo novamente produzida desde lugares privilegiados e a partir de condições sociais e políticas que se querem impor ao resto? Um mundo virtualmente produzido sem atentar às inscrições, saberes, cosmovisões, ontologias múltiplas? (Mais) um outro imperialismo cognitivo e perceptivo que se junta a tantos outros ao longo da história recente do capitaloceno? Estas são perguntas que há muito vêm alimentando e suscitando reflexões e debates no âmbito da filosofia do ambiente, da filosofia da biodiversidade, no campo da ética e da justiça ambientais, da antropologia, mas também e mais recentemente num quadro mais alargado para a qual muitos mais (aparentemente) parecem estar envolvidos (políticos, jornalistas, todos nós em geral) até porque a crise de extinção que há muito se anuncia parece ser sobretudo a nossa (da humanidade) porque as das outras espécies, se bem que evidenciadas, seriam motivo mais de preocupação intelectual e de especialistas (biólogos, conservacionistas, enfim de biocentrismos exagerados, no dizer de alguns. Ou seja, a nossa extinção relaciona-se com a extinção de muitos outros, que, em última instância, depende do que a nossa preocupação de preservação (ou seja, medo da extinção) tem desencadeado.

A discussão em torno da biodiversidade obriga-nos a pensar mais além do domínio científico da biologia e das ciências da natureza - no sentido lato e abrangente, o campo do pensamento e reflexão sobre a biodiversidade, como por exemplo, muito bem nos mostram Arturo Escobar (1998, 1999) ou Andrea Borghini e Elena Casetta (2018). Temos de ir a discussões no âmbito da biopolítica, da economia e da ecologia políticas, da filosofia. Isto é, pensar e discutir o que é ou são as humanidades hoje e as suas relacionalidades com tudo o resto - no âmbito de uma longa história de apropriação material, cognitiva, moral, ética de tudo o resto para além de nós - e, em muitos casos, um nós que continua a ser tremendamente excludente de muitos outros humanos como nós. Ou seja, a natureza, a biodiversidade, a conservação são construções sociais e políticas. Não são coisas que ou estejam/sejam fora de nós, universalmente e indiscutivelmente aceites e significadas (natureza / biodiversidade) ou processos/opções admitidos como inevitáveis ou óbvios (conservação da biodiversidade, da natureza, das florestas). A dimensão social e política destas tematizações é tão mais necessária e evidente quando se sabe (veja-se a imensa literatura nos estudos de ecologia política sobre conservação) que estes processos têm sido socialmente muito injustos e que conservação já

muitas vezes serviu como reflexo de ideologias e interesses de elites - e que a conservação da biodiversidade e da natureza têm andado de mão dada tantas vezes com o capitalismo (Brockington e Duffy, 2010) e que natureza e biodiversidade são das últimas fronteiras e objectos de desejo do neoliberalismo na sua tentativa de a tudo atribuir valor de mercado, servicializando e ou mercadorizando os seus acessos, usufrutos e bens (Apostolopoulou, Cortés Vázquez, 2019). Por isso, perguntava provocativamente Arturo Escobar (2018) se “a biodiversidade existe?” ou se será uma invenção discursiva, uma narrativa que promova uma visão do Mundo, nomeadamente em termos de políticas conservacionistas, ideologias ambientais promovidas desde o Norte Global e do aparato científico-tecnológico aí localizado, para a seguir complementar (Escobar, 2019), no âmbito da sua já longa reflexão sobre conservação da biodiversidade, “Whose Knowledge, Whose nature?” Há, portanto, que introduzir complexidade na discussão deste tema sob pena de, permitam-me o jogo de palavras, naturalizar ingenuamente a natureza. E não nos esqueçamos que também somos.

No âmbito desta minha proposta, dialogando com o texto que apresentei em edição anterior das jornadas, quero enfatizar o argumento da necessidade de pensarmos no quadro de verdadeiras epistemologias inclusivas que valorizem os saberes locais, as formas de pensar o resto a partir de reconhecidas e legítimas diversidades ontológicas. Recorda-nos Viveiros de Castro, antropólogo e filósofo brasileiro, que há muito vem trabalhando e reflectindo em torno das cosmologias ameríndias (em particular como os índios araweté - um povo tupi-guarani de caçadores e agricultores da floresta amazónica), que para estas grupos humanos “tudo e todos são pessoas por debaixo de uma aparência não humana” (2010: 22) Logo, para os araweté, “todas as coisas são dotadas de intenção, de vontade, de raciocínio e de capacidade de comunicação, administrar o mundo, viver” (*idem, Ibidem*). No âmbito de uma epistemologia radical, sustentada numa crítica ao narcisismo do Mundo Ocidental, dos saberes científicos produzidos desde este *etnocentro* cognitivo (que é o da ciência moderna e desde onde escrevo e hoje nos encontramos) o autor convida-nos a pensar no mundo não só feito de diferentes aos nossos olhos, mas igualmente de concepções diferentes dessas diferenças e do próprio mundo – e fala de ontologias múltiplas. É o colocar em causa do próprio pensamento ‘ocidental’, científico, metafísico, da ciência finalmente.

Num recente *policy brief* (2021) para as Nações Unidas *Human Rights-Based Approaches to Conserving Biodiversity: Equitable, Effective and Imperative*, David Boyd e Stephanie Keene, numa abordagem menos radical mas crítica do *Post-2020 Global Biodiversity Framework* (que segue o processo de implementação e avaliação da Convenção da Diversidade Biológica assinada em 1992 no Rio de Janeiro e com posteriores desenvolvimentos - Metas de Aichi, Protocolo de Cartagena, Protocolo de Nagoya e Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável) vêm justamente reclamar maior reconhecimento para os saberes e as comunidades locais, e legítimos proprietários de terras, de direito privado e comunal nos processos de gestão e conservação da biodiversidade. Do relatório, disponível online³, retiro esta passagem:

“Além de ser exigida moral e legalmente, a conservação baseada nos direitos humanos é a forma mais eficaz, eficiente e equitativa para proteger o planeta. Evidências crescentes confirmam que os Povos Indígenas e outros detentores de direitos rurais têm o conhecimento e o saber necessários para conservar e gerir com sucesso ecossistemas biodiversos de forma mais eficaz do que os governos, e com menor custo, particularmente quando os seus direitos (incluindo os direitos específicos dos povos indígenas e mulheres rurais) são reconhecidos, respeitados e apoiados. Povos indígenas e outros detentores de direitos rurais administram e reivindicam direitos coletivos para mais da metade da área de terra global, empregando sistemas de posse consuetudinários ancorados no conhecimento tradicional e contemporâneo para gerir e conservar com sucesso vastos ecossistemas. Quando as capacidades de conservação dessas comunidades são consideradas a par de extensas contribuições de outros detentores de direitos rurais marginalizados, como pequenos agricultores camponeses cujos conhecimentos e práticas agroecológicas fornecem uma alternativa viável e inspiradora para a indústria alimentar, responsável pela maior parte da perda global de biodiversidade, o poder potencial de soluções para combater a crise global da biodiversidade torna-se, então, claro”. (cf. tradução minha)

Ora, se é verdade, que esta passagem está sobretudo dirigida a todas as geografias marginalizadas e ou colonizadas pelo Norte Global, não deixa de ser importante reconhecê-lo também em geografias de proximidade, quando sabemos que as políticas e as ideologias de conservação na Península Ibérica têm também uma história de exclusão ou, no limite, de pouco envolvimento e participação das populações locais. E não será preciso invocar o argumento do geógrafo e filósofo francês, Augustin Berque (2011), que as populações rurais têm apenas um pensamento paisageiro e, portanto, serão menos capazes de pensar a paisagem a partir de unidades de preservação ou conservação, ao contrário dos especialistas e das populações urbanas, que serão, assim, mais contemplativas e com menor interesse produtivo relativamente aos elementos da paisagem. Nesse sentido, também o Conselho Internacional de Ciências Sociais, no seu relatório para a UNESCO centrado nas mudanças ambientais globais de 2013, deixava claras indicações no sentido da importância da valorização de diferentes narrativas culturais num quadro de mutualismos e simbioses interdisciplinares que permitissem abordagens mais abrangentes e realistas à complexidade das questões (ambientais e clima).

Gostaria de terminar, voltando à provocação suscitada com a formulação da expressão ‘mundo axénico’, que aparece no título desta comunicação. Em trabalhos laboratoriais, os bioquímicos e os biólogos, precisam de isolar culturas de bactérias puras para com elas realizar experiências, entendidas, por exemplo, enquanto organismos modelo para pesquisa de compostos com interesse biotecnológico (e.g. produção de fármacos). A uma determinada

³ <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/policy-briefing-1-summary.pdf> (consultado a 18/11/2022).

escala, entender e facilitar a existência desta pureza tem utilidades muito claras. Mas será que à escala de vida multiespécie - com necessidades energéticas, proteicas - relacionadas com alimentação, reprodução, é admissível um mundo de um só ser vivo- um mundo axénico de um só igual? Presumo que não exista a possibilidade de vida sustentada nessa trágica constatação, muito menos de vida humana (na forma, na condição, nas possibilidades e combinações biológicas tal como as conhecemos ou, mesmo, nas possibilidades sociais e biosociais). Precisamos dos outros para sermos (duplo sentido da palavra) humanos, em vida social e vida natural. Deste modo, faz todo o sentido assimilar diversidade cultural a diversidade biológica. Há todo um campo de reflexão em torno da diversidade biocultural que justamente se sustenta na valorização não só das diversidades biológicas e culturais, mas igualmente epistemológicas e ontológicas. Um campo no qual se desenham possibilidades de diálogos mais inclusivos entre todos e todas - e, inclusive, no qual se assume de forma radical a participação agencial e discursiva de não-humanos - cumprindo a exigência de Bruno Latour. É também aqui que situo as reflexões de filósofos do ambiente em torno de perspectivas relacionais da biodiversidade - por exemplo, Luca Valera e Marta Bertolaso (2016) ou de geógrafas do não-humano, como Kathryn Yusoff (2012). Esta última, no âmbito do que designa, economias ou contextos e experiências da perda, dá conta da necessidade de reconhecer a violência para com os outros não humanos como forma de expandir a percepção da perda da biodiversidade. Para a autora, inspirada na teoria feminista, é crítico que se fale de violência e não só de afecto e atenção à biodiversidade porque, deste modo, somos levados ao conhecimento real do desaparecimento de uma imensa possibilidade de variações materiais, evolutivas e ontológicas que ficam invisibilizadas e negligenciadas nas prioridades de conservação e nos discursos positivos sobre a protecção da biodiversidade – e que reduzem a atenção sobre outros atentados realizados à biodiversidade, ou seja a múltiplas outras possíveis formas de vida.

Sara Rodrigues e Rodrigo Camacho⁴, dois artistas portugueses, têm vindo a trabalhar e a criar na interface das artes visuais, performativas, da música e da microbiologia, desvelando formas de violência exercidas pelos humanos sobre os outros 'invisíveis' no plano das ontologias do imediato. Nos seus trabalhos de exploração microscópica de solos agrícolas (e outros) procuram relações, emaranhamentos, interdependências invisíveis a olho nu, qual trabalho de detectives de vidas em concrecências rizomáticas, e dão conta de como os humanos nas suas opções macroscópicas, dão azo à morte de muitos outros invisíveis, mas tão necessários, por

⁴ Consultar, por exemplo, aqui:

https://www.porta33.com/porta33_madeira/exposicoes/content_exposicoes/Ilhestico/content_obras/rodrigo_b_camacho_sara_rodrigues/rodrigo_b_camacho_e_sara_rodrigues.html (consultado a 18/11/2022)

exemplo, para que os solos agrícolas possam ser mais férteis. Pequenas e invisíveis coisas que fazem toda a diferença. A sua intenção é também, e como afirmam publicamente nas suas performances e concertos, dar espaço de diálogo a não especialistas científicos, mas ‘habitantes’ dos espaços. Dar espaço de conversa aos menos ouvidos. Cocriar com eles abordagens possíveis à diversidade biológica (e cultural).

Mesmo a jeito de conclusão não posso deixar de fazer o elogio da escolha pelo ar livre- que esta edição das jornadas proporcionou, numa clara declaração de intencionidade política de como ‘estas questões’ devem ser abordadas. Em contacto, em relação. Recorro, uma vez mais, a Viveiros de Castro - quando nas suas incessantes provocações ao ‘Mundo Ocidental’ (do qual, aliás, ele não deixa de fazer parte) - convida a que (todos e tudo) venham para o meio da Amazónia discutir o futuro do Brasil e do Planeta. Será aí e não na cidade (em São Paulo) que as discussões sobre o mundo por vir, a sustentabilidade e a biodiversidade e o ambiente terão que ser feitas. Apesar de vos ter ocupado cerca de 35 minutos com palavras, discurso e conversa, penso que é no plano do contacto, da experiência sensorial, da relação, como disse, que temos obrigatoriamente de nos situar. É e será essa a nossa pequena afirmação superior como humanos no quadro desta efectiva relação assimétrica com tudo o resto - o de intencionalmente nos aproximarmos dos outros e de conhecermos com todos os outros e tudo o resto onde esse outros estão e se realizam (humanos e não-humanos) - menos numa política e normatividade impositivas desde arrogâncias científicas extremas, mas muito mais numa relação de aprendizagem contínua com - como nos sugerem artistas e pensadores - ter a inteligência e a razão para especularmos como todos e tudo o resto podem conceber estas coisas. Será essa a nossa responsabilidade moral - o valor moral da biodiversidade visto a partir de uma relação de cuidado e que também nos é esteticamente benéfica - esse direito ao belo e ao sublime de que nos fala a Filosofia (e falava Morika Reker nos seminários caminhados de Maio passado) e que também tem expressão na proposta do João Paulo Carvalho para uma *silvicultura próxima da natureza* (2018)- também ela facilitadora de equilíbrios vários, em permanente processo, entre os vários elementos constituintes dos ecossistemas - incluindo, naturalmente, nós humanos. Seguramente que, e permitam-me o egocentrismo do juízo de valor, que é muito mais bonito estar no Gerês do que num não-lugar marcado por uma paisagem monocultural (axénica) de eucaliptos. Esses trágicos lugares distópicos tornados realidades em tantos Portugais. Não é a biodiversidade como noção, palavra, que contemplamos imediatamente, mas sim a variedade de coisas diferentes que em composições também elas diferentes se nos oferecem como cenários sublimes de prazer e de vida.

Muito obrigado!



Seminários Caminhados | Natureza Adentro – Mutualismos

[Edição 0 | Pessoas, Patrimónios, Conservação Futuros | Maio 2022](#)

Referências

Apostolopoulou, E. & Cortes Vázquez, J. C. 2019. “Neoliberalism and environmental movements around the World after the 2008 financial crash: Defending the right to nature”. In E. Apostolopoulou & J. Cortes Vázquez (Eds.), *The Right to Nature: Social Movements, Environmental Justice and Neoliberal Natures*. London, Routledge, pp. 1-13.

Berque, Augustin. 2011. “O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica”. In: Adriana Veríssimo Serrão, org. *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa, Universitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, p.200-212.

Borghini, Andrea e Casetta, Elena. 2018. *Filosofia da Biodiversidade*. Lisboa, Colibri.

Brennan, Andrew e Norva Y. S. Lo 2021. *Biodiversity Preservation*, Supplement to Environmental Ethics in Stanford Encyclopedia of Philosophy (online) <https://plato.stanford.edu/entries/ethics-environmental/biodiversity.html>

Brockington D and Duffy R (2010) Capitalism and conservation: The production and reproduction of biodiversity conservation. *Antipode* 42(3), 469–484.

Boyd, David R. e Keene, Stephanie (Sumário Executivo). 2021. *Human Rights-Based Approaches to Conserving Biodiversity: Equitable, Effective and Imperative*. A Policy Brief from the UN Special Rapporteur on Human Rights and the Environment. <file:///C:/Users/User/Desktop/HM%202022-2023/policy-briefing-1-summary.pdf>

Carvalho, João Paulo. 2018. *Silvicultura Próxima da Natureza. Conciliar economia e ecologia para uma silvicultura multifuncional, rentável e sustentável*. Porto, Quântica Editora.

Escobar, Arturo. 1999. “After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology [and Comments and Replies]”. *Current Anthropology*, Vol. 40 (1):1-30

Escobar, Arturo. 1998. "Whose Knowledge, Whose nature? Biodiversity, Conservation, and the Political Ecology of Social Movements." *Journal of Political Ecology* 5(1): 53-82

Hird, Myra J. 2012 "Volatile Bodies, Volatile Earth: Towards an Ethic of Vulnerability" in Gary Martin Diana Mincyte e Ursula Münster (eds.) *Why Do We Value Diversity? Biocultural Diversity in a Global Context*. RCC Perspectives. Munique: Rachel Carson Center for Environment and Society, pp. 67-71.

Kiester, A. Ross. 1997. "Aesthetics of Biological Diversity". *Human Ecology Review* 3(2): 151-163.

Kirksey, S. Eben. 2012 "Thneeds Reseeds: Figures of Biocultural Hope in the Anthropocene" in Gary Martin Diana Mincyte e Ursula Münster (eds.) *Why Do We Value Diversity? Biocultural Diversity in a Global Context*. RCC Perspectives. Munique: Rachel Carson Center for Environment and Society, pp. 89-93.

Oksanen, Markku. 1997. "The Moral Value of Biodiversity". *Ambio*. 26 (8): 541-545.

Schroer, Sara Asu. 2021. "The Arts of Coexistence: A View From Anthropology". *Frontiers in Conservation Science*. Online.11.

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcosc.2021.711019/full>

Tsing, Anna. 2012. "Contaminated Diversity in "Slow Disturbance": Potential Collaborators for a Liveable Earth" in Gary Martin Diana Mincyte e Ursula Münster (eds.) *Why Do We Value Diversity? Biocultural Diversity in a Global Context*. RCC Perspectives. Munique: Rachel Carson Center for Environment and Society, pp.95-97.

Valera, Luca e Bertolaso, Marta. 2016. "Understanding Biodiversity from a Relational Viewpoint". *Tópicos. Revista de Filosofia*. 51: 37-54.

Viveiros de Castro, Eduardo. 2010. "O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo". *Revista Brasileira de Psicanálise*, Vol. 44, n. 4, 15-26.

Wienhues, Anna. 2020. *Ecological Justice and the Extinction Crisis. Giving Living Beings their Due*. Bristol: Bristol University Press

Yusoff, Kathryn. 2012. "Aesthetics of loss: biodiversity, banal violence and biotic subjects". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 37: 578-592. <https://doi.org/10.1111/j.1475-5661.2011.00486.x>

Outros recursos

Tsing, Anna L.; Deger, Jennifer; Saxena, Alder e Zhou, Feifei (Curadores e editores). 2021. *Feral Atlas*. <https://feralatlant.org/>. Stanford University.

CICS/UNESCO (2013). *Relatório Mundial sobre as Ciências Sociais 2013 – Mudanças ambientais globais*. Edições OCDE e Edições UNESCO, Paris (França).

Colaugh, Benjamin e Yates, Christopher. 2015. *Reveka*, documentário. OmeU, 75'-